

Profissão (jornalismo)

Condenada restrição à imprensa

A CARTA

A íntegra do documento final do Encontro Nacional dos Jornalistas "A Comunicação na Constituição" é a seguinte:

Carta de Brasília

Nós, jornalistas brasileiros — participantes do Encontro Nacional dos Jornalistas "A Comunicação na Constituição", organizado pela Fenaj e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal — reunidos em Brasília, assumimos publicamente o compromisso de lutar pelos seguintes princípios:

1) O processo constituinte por que passa o País deve ser o mais democrático possível. Assim, repudiamos a forma de convocação do Congresso Constituinte que se instalará em 87, por considerar a restritiva, antidemocrática e antipopular. Esse Congresso não terá nem a representatividade e nem a soberania que lhe confira legitimidade para representar os anseios do povo brasileiro por transformações sociais indispensáveis. Não obstante tais limitações, os jornalistas consideram de fundamental importância que haja a mais ampla participação de todos os segmentos da sociedade para garantir conquistas democráticas na Constituição. Nesse sentido, os jornalistas, como parte da sociedade brasileira que são, lutam pela revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Imprensa e demais leis restritivas, e, ao lado das outras bandeiras empunhadas pela maioria da população, julgam indispensável assegurar as aspirações a seguir enunciadas.

2) O direito social à comunicação deve ser considerado indissociável da construção de uma sociedade democrática, tanto quanto outros direitos, como os que a população reivindica em relação à terra, ao trabalho, à educação e à saúde. A nova Constituição, além de consagrar o direito da sociedade à comunicação, deve também garantir as condições que assegurem a aplicação desse princípio. Essas condições implicam a instituição de um novo modelo de comunicação social, com a participação de todos os setores da sociedade na definição das políticas de comunicação. Devem ser garantidos, também, o pleno e livre acesso de todos os setores aos meios de comunicação para informar, ser informados e se auto-expressarem. A restrição à livre circulação de informações deve ser coibida. Os jornalistas devem ter acesso às fontes de informação, bem como participar das decisões sobre a política editorial dos veículos em que trabalham, e, no exercício da profissão, não devem ser coagidos a contrariar suas convicções ou o Código de Ética da categoria.

3) Um dos instrumentos necessários para garantir o direito à comunicação é o Conselho Nacional de Comunicação Social, cuja criação urgente é reivindicação unânime dos jornalistas. A este Conselho competirá decidir sobre todas as questões que dizem respeito à política de comunicação, acompanhar as diretrizes aprovadas e fiscalizar o cumprimento da respectiva legislação. O Conselho será composto pelas entidades que representam os trabalhadores em comunicação, os empresários do setor, os demais segmentos da sociedade, as nações indígenas, bem como o governo e os partidos políticos com representação parlamentar. As entidades representativas dos trabalhadores terão maioria no Conselho.

4) É necessário criar um sistema público de comunicação social, para garantir o direito da sociedade à informação e à auto-expressão. Neste sistema, a comunicação social deve ser entendida como um serviço público prestado por meios de comunicação — rádio, TVs, meios impressos — explorados por fundações ou sociedades civis, sem fins lucrativos. Os serviços de rádio e TV dependerão de concessão pública, por indicação do Conselho Nacional de Comunicação Social, mediante critérios definidos por esse Conselho e pelo Congresso Nacional. A legislação deverá impedir o monopólio na radiodifusão. Na programação dos meios de comunicação, devem ser atendidas a pluralidade de opiniões e a adequada adaptação às peculiaridades regionais.

5) O processo de automação que começa a expandir-se nos meios de comunicação exige um conjunto de precauções, das quais a fundamental é a participação efetiva dos jornalistas nas decisões sobre sua adoção pelas empresas. A introdução de tecnologia não pode resultar em demissões de empregados, e exige reciclagem e readaptação de mão-de-obra, bem como o controle médico regular da saúde dos trabalhadores. O aumento da produtividade decorrente do uso de tecnologia deve reverter em benefício dos trabalhadores. A incorporação de novas tecnologias deve ser feita resguardando-se tanto a soberania tecnológica nacional, quanto os direitos individuais e a privacidade do cidadão.

6) É imprescindível promover uma reorientação geral na aplicação de verbas públicas do governo. O Conselho Nacional de Comunicação Social definirá critérios que assegurem a transparência na destinação dessas verbas. As mensagens governamentais de interesse público deverão ser veiculadas gratuitamente. Não será permitida a publicidade de cunho promocional feita com verbas públicas.

7) E, finalmente, os jornalistas brasileiros, aqui reunidos, denunciam a campanha ora desencadeada contra o diploma de Comunicação. Essa é uma ação inspirada na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), entidade que reúne proprietários de jornais do continente e orquestrada por empresas de comunicação, com o amparo da Comissão de Estudos Constitucionais do Governo. A campanha apresenta-se sob o pretexto de defender a liberdade de expressão. Mas, na verdade, visa a destruir a regulamentação profissional e, por extensão, a organização sindical dos jornalistas e outros trabalhadores e suas conquistas. Nossa resposta a esses ataques é esta:

Nós repudiamos, por não ser representativa da sociedade, a Comissão de Estudos Constitucionais do Governo; nós defendemos a regulamentação da profissão e, conseqüentemente, a manutenção da exigência do diploma, e intensificaremos nossa luta em defesa dessas conquistas; nós lutamos pela melhoria do ensino, inclusive o de Comunicação.

E reiteramos veementemente nossa denúncia de que não é destruindo a categoria dos jornalistas que se conseguirá a liberdade de imprensa. Bem ao contrário, a verdadeira liberdade de expressão somente será conquistada com a dignificação profissional do jornalista e com a vigência dos princípios e das propostas que garantam o direito à comunicação, como proclamado nesta carta.

Brasília, 21 de abril de 1986.

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

A proposta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) de encaminhar ao Congresso Constituinte projeto para transformar as empresas jornalísticas em sociedades civis sem fins lucrativos ou fundações causou reações negativas entre empresários e dirigentes de comunicação. A proposta consta da "Carta de Brasília", aprovada antecorrem em Brasília, durante o Encontro Nacional dos Jornalistas sobre "Comunicação na Constituição".

"É uma bobajada do tamanho de um bonde", classificou o diretor-presidente do Jornal do Brasil, M. F. do Nascimento Brito. "Raramente tenho visto bobagem igual, mas isto já era de se esperar, pois eles agora querem a estatização de todos os setores da nossa economia. Tenho certeza de que essa idéia não vai pegar. Caso chegue à Constituição, será evidentemente descartada porque carece de fundamentos".

Somente em "outra ocasião" é que os empresários Roberto Marinho, das Organizações Globo, e Adolfo Bloch, do Grupo Manchete, é que emitirão opinião a respeito. Já o diretor-presidente do Diário Popular, Rodrigo Lisboa Soares, lembrou que "isso já foi feito em países socialistas da Cortina de Ferro, e os resultados são conhecidos: as informações passam a ser rigorosamente censuradas, chegando ao conhecimento público apenas as que são favoráveis aos detentores do poder".

Menos opções

"É um retrocesso", frisou o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão. (Abert), Joaquim Mendonça: "Os meios de comunicação têm de ficar nas mãos da iniciativa privada. Se caírem nas mãos de uma fundação, o usuário teria muito menos opções e não haveria como 1.800 emissoras de rádio e TV sobreviverem no País".

"Propor uma coisa dessas, acho meio maluco", comentou o diretor da Rádio Eldorado, João Lara Mesquita. Mostrando-se incrédulo quanto à proposta da Fenaj, ele acrescentou: "Em princípio, ela vai contra o mundo capitalista, que é caracterizado pela livre iniciativa".

Para o diretor de Redação da Folha de S. Paulo (centro velho da cidade), Otávio Frias Filho, 28, essa proposta "é o primeiro passo no sentido de encampar o controle do governo sobre a imprensa". E justificou: "Essa sociedade é uma sociedade de mercado, e antes de qualquer proposta nesse sentido é necessário revogar a sociedade de mercado".

O diretor-presidente da Rede Riograndense de Emissoras, Otávio Gadret, lembrou que "países democráticos como a Itália, a França e a Grã-Bretanha estão privatizando suas emissoras de rádio e televisão devido ao expressivo atraso em que ficaram entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década

de 70, em termos de qualidade de informação, pelos sucessivos déficits que vêm apresentando e pela sua ineficiência administrativa. Mesmo a França socialista está privatizando sua TV".

"Isso é mais estatização", explicou o proprietário da Gazeta do Povo, do Paraná, e diretor da TV Paranaense, Francisco da Cunha Pereira. "Um verdadeiro absurdo se a gente notar que essas propostas surgem num momento em que o País clama pela desestatização da economia e consegue comprovar que o Estado se revelou incapaz de obter bons resultados em muitas atividades próprias da iniciativa privada."

Mais controle

"Inexequível", opinou o proprietário de O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, Paulo Pimentel: "As propostas da Fenaj significam mais controle sobre a imprensa. Pelo que entendi, querem impedir que os meios de comunicação obtenham lucro. Estamos num regime capitalista e, se as empresas do setor forem proibidas de ter lucro, vamos simplesmente terminar com a imprensa neste país". Já o proprietário do Correio de Notícias, outro diário do Estado, Celso Hilgert, acha que "liberdade de imprensa nunca é demais: quanto mais liberdade houver, melhor para o País". Ele disse temer que a inclusão das idéias da Fenaj na nova Constituição do País represente um choque muito grande com a iniciativa privada que conduz os meios de comunicação. Recomendou, entretanto, que a Fenaj promova um debate mais amplo sobre essas idéias, até para torná-las mais claras: "Será que é possível aplicar isso num país como o Brasil?"

Análise Profunda

Quem falou pela Companhia Jornalística J.C. Jarros — editora do Jornal do Comércio, de Porto Alegre — foi o assessor de Marketing da empresa, Roque Callage: "O assunto é polêmico e exige uma análise muito aprofundada. Mas há dois pontos que se poderiam comentar: o primeiro é de que a livre iniciativa deve ser garantida como meio de preservar a liberdade de informação no País; o segundo, sobre o qual ainda não há um consenso firmado no meio empresarial, mas muita expectativa, é com relação ao diploma. Há certos segmentos da informação, altamente especializados — como a Informática, a Biotecnologia, a Engenharia Genética e a Medicina, por exemplo —, que são muito melhor dominados por técnicos do que por jornalistas. Nestes segmentos, a nossa opinião é de que um técnico pode dar informação muito mais completa e precisa do que um profissional que não é da área".

O secretário do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, Alfredo Cecílio, salientou que "o problema é complexo" e "à primeira vista é uma revolução nos meios de comunicação. Sabemos com que dificuldade levamos isso aqui".